

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bardella S.A. Indústrias Mecânicas (“Companhia”) tem como principal atividade a fabricação de bens de capital sob encomenda, atuando em todas as fases de produção, desde a elaboração de projetos até a entrega em operação ao cliente. Além disso, executa reformas, melhorias e serviços de industrialização e reparos. Dedicase também à fabricação e comercialização de perfis laminados e trefilados. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são negociadas na BM&F Bovespa sob o código BDLL4. A Companhia possui duas plantas industriais no estado de São Paulo, nos municípios de Guarulhos e Sorocaba. A sede social da Companhia está localizada em Guarulhos - SP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e as seguintes controladas:

- **Barefame Instalações Industriais Ltda.**, controlada, atua em diversos estados do país, principalmente em montagem de campo para bens de capital sob encomenda, além de montagem e manutenção de dutos enterrados.
- **Duraferro Indústria e Comércio Ltda.**, controlada, atua na fabricação de pontes rolantes e equipamentos metalúrgicos. A sede social da empresa está localizada em Araras - SP.
- **Energo Agro Industrial Ltda.**, controlada, tem por objeto a exploração de toras e quaisquer atividades agrícolas e pastoris, inclusive a administração de projetos de florestamento e reflorestamento, além de importação e exportação. A empresa atualmente não tem atividades operacionais e não há também planejamento para descontinuar-la. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.
- **Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.**, controlada, atua principalmente como corretora de seguros para a Bardella, suas controladas e respectivos colaboradores, embora tenha também terceiros entre seus clientes. A sede social da empresa está localizada em Guarulhos - SP.
- **IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.**, controlada em conjunto com a Alstom Energias Renováveis Ltda., tem como objetivo a fabricação de equipamentos hidromecânicos e de levantamento. A sede social está localizada em Porto Velho - RO.

A Companhia e suas controladas têm seus principais clientes nas áreas de Energia, Metalurgia, Mineração, Portos, Óleo e Gás.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2016.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4** - consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - reconhecimento e mensuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 9** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 13** - mensuração da vida útil dos ativos;
- **Notas explicativas 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos.

A avaliação é revisada regularmente observando os dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então é analisada as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 27** - instrumentos financeiros.

(iii) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

d. Reclassificação dos valores correspondentes

O balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2014 (decorrente das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013) e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente emitidas em 19 de março de 2014 e 26 de março de 2015, respectivamente, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro em decorrência das seguintes reclassificações para apresentação e correção de erros:

Controladora

(i) *Balanço patrimonial*

	01 de janeiro de 2014			31 de dezembro de 2014		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Contas a receber (a)	139.873	28.908	168.781	144.047	33.183	177.23
Partes relacionadas (a)	40.483	(40.483)	-	59.837	(59.837)	-
Outros créditos (a)	12.382	11.575	23.957	33.358	26.654	60.012
Total do ativo circulante	317.947	-	317.947	383.723	-	383.723
Total do ativo não circulante	411.315	-	411.315	404.566	-	404.566
Total do ativo	729.262	-	729.262	788.289	-	788.289
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (a)	51.605	562	52.167	65.282	10.092	75.374
Partes relacionadas (a)	562	(562)	-	10.092	(10.092)	-
Total do passivo circulante	292.986	-	292.986	289.601	-	289.601
Total do passivo não circulante	84.553	-	84.553	161.555	-	161.555
Patrimônio líquido						
Reservas de capital (b)	92.284	-	92.284	97.547	(12.404)	85.143
Outros resultados abrangentes (b)	-	-	-	(12.404)	12.404	-
Total do patrimônio líquido	351.723	-	351.723	337.133	-	337.133
Total do passivo e patrimônio líquido	729.262	-	729.262	788.289	-	788.289

(ii) *Demonstração dos fluxos de caixa*

	31 de dezembro de 2014		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido atividades operacionais	23.360	(12.657)	10.703
Caixa gerado nas operações	19.077	(4.540)	14.537
Receita de juros	-	(2.157)	(2.157)
Imposto de renda e contr. social diferidos	2.383	(2.383)	-
Variação nos ativos e passivos (c)	4.283	(8.117)	(3.834)
Impostos a recuperar e outros (c)	(46.445)	(13.481)	(59.926)
Outras contas a pagar e outros (c)	(587)	5.364	4.777
Caixa líquido das atividades de investimento	(6.891)	17.243	10.352
Recebimento operações de mútuo (d)	-	57.513	(40.270)
Mútuo concedido (d)	-	(40.270)	57.513
Caixa líquido das atividades de financiamento	451	(4.586)	(4.135)
Pagamentos de empréstimos (d)	(165.608)	(8.633)	(174.241)
Juros pagos por empréstimo (d)	(8.633)	8.633	-
Recebimento operações de mútuo (d)	-	8.273	8.273
Pagamentos operações de mútuo (d)	-	(12.859)	(12.859)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	16.920	-	16.920

(iii) *Demonstração do valor adicionado*

31 de dezembro de 2014			
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receitas (e)	449.382	4.264	453.646
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (e)	449.071	4.264	453.335
Insumos adquiridos de terceiros (e)	(344.461)	(2.699)	(347.160)
Custos dos produtos (e)	(344.234)	9.069	(335.165)
Materiais, energia, serviços e outros	(227)	(11.768)	(11.995)
Valor adicionado bruto (e)	104.921	1.565	106.486
Valor adicionado líquido produzido (e)	92.916	1.565	94.481
Valor adicionado total a distribuir (e)	119.134	1.565	120.699
Distribuição do valor adicionado (e)	119.134	1.565	120.699
Empregados (e)	91.139	1.565	92.704
FGTS	4.964	1.565	6.529

Consolidado

(i) *Balanço patrimonial*

	01 de janeiro de 2014			31 de dezembro de 2014		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo						
Total do ativo circulante	328.042	-	328.042	368.338	-	368.338
Total do ativo não circulante	431.807	-	431.807	421.499	-	421.499
Total do ativo	759.849	-	759.849	789.837	-	789.837
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (a)	57.385	-	57.385	72.467	274	72.741
Outras contas a pagar (a)	9.085	-	9.085	27.992	(274)	27.718
Total do passivo circulante	323.884	-	323.884	307.825	-	307.825
Total do passivo não circulante	75.990		75.990	144.879		144.879
Patrimônio líquido						
Reservas de capital (b)	92.284	-	92.284	97.547	(12.404)	85.143
Outros resultados abrangentes (b)	-	-	-	(12.404)	12.404	-
Total do patrimônio líquido	359.975	-	359.975	337.133	-	337.133
Total do passivo	759.849	-	759.849	789.837	-	789.837

(ii) *Demonstração dos fluxos de caixa*

	31 de dezembro de 2014		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Caixa líquido atividades operacionais	40.935	(3)	40.932
Caixa gerado nas operações	28.000	(3.571)	24.429
Imposto de renda e contr. social diferidos	3.571	(3.571)	-
Variação nos ativos e passivos (c)	13.367	3.570	16.937
Contas a receber (c)	27.460	(26.654)	806
Impostos a recuperar e outros (c)	(56.456)	26.652	(29.804)
Outras contas a pagar e outros (c)	283	3.571	3.854
Caixa líquido ativ. Financiamento	(14.803)	-	(14.803)
Pagamentos de empréstimos (d)	(180.411)	(9.684)	(190.095)
Juros pagos por empréstimo (d)	(9.684)	9.684	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	18.812	-	18.812

(iii) *Demonstração do valor adicionado*

	31 de dezembro de 2014		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receitas (e)	543.065	4.264	547.329
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (e)	542.278	4.264	546.542
Insumos adquiridos de terceiros (e)	(411.666)	13.917	(397.749)
Custos dos produtos (e)	(398.185)	33.524	(364.661)
Materiais, energia, etc. (e)	(13.481)	(19.607)	(33.088)
Valor adicionado bruto (e)	131.399	18.181	149.580
Valor adicionado líquido produzido (e)	112.752	18.181	130.933
Valor adicionado total a distribuir (e)	136.630	18.181	154.811
Distribuição do valor adicionado (e)	136.630	18.181	154.811
Empregados (e)	102.437	18.181	120.618
Remuneração direta (e)	88.893	16.616	105.509
FGTS (e)	6.917	1.565	8.482

- (a) Reclassificações dos saldos de partes relacionadas para cada grupo de contas de acordo com a natureza da conta, por exemplo: contas a receber, contas a pagar, adiantamento a fornecedores;
- (b) Reclassificação da perda gerada na compra de participação adicional em controlada para reserva de capital, por se tratar de transação com acionistas não controladores, ao invés de outros resultados abrangentes;
- (c) Ajustes na demonstração de fluxos de caixa em função das reclassificações feitas em partes relacionadas no balanço patrimonial;

- (d) As transações com partes relacionadas referente a mútuo foram apresentadas como atividade operacional. A Companhia ajustou sua apresentação de fluxos de caixa referentes a mútuos a pagar (ou seja, empréstimos tomados) para atividade de financiamento de acordo com o parágrafo 17 do CPC 03 e os mútuos a receber (ou seja, empréstimos concedidos) como atividade de investimento, de acordo com o parágrafo 16 do CPC 03;
- (e) Com o objetivo de melhorar as informações e comparabilidade dos dados, alguns valores que compõem as contas demonstradas no DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado referentes a 31/12/2014 foram reclassificados.

3 Sumário das principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Base de Consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-companhias, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-companhias, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

(iii) Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de equipamentos para alguns dos clientes da Companhia em diversos segmentos, tais como mineração, siderurgia, óleo e gás, metalurgia, energia, entre outros. Tais equipamentos são construídos com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados.

Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Aluguel de propriedades para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado do exercício pelo método linear durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como “outras receitas”.

3.3 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, quando aplicável, são reconhecidos como passivo.

3.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente e provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicáveis, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas. Esta conta inclui efeitos a faturar, relativos aos produtos sob encomenda calculados através da apuração proporcional da receita bruta de vendas e, seus respectivos recebimentos são efetuados com base em eventos físicos de fabricação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou de produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e são constituídas provisões para perdas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.7 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas, controlada em conjunto e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) e são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças ocorridas após a aquisição das respectivas participações societárias. Tais mudanças ou variações são apresentadas na demonstração de resultados como equivalência patrimonial.

3.8 Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e suas controladas para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão demonstradas na nota explicativa nº 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.9 Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

3.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

3.11 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida compreendem os saldos de ágio adquiridos por meio de combinação de negócios que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura. Os ativos intangíveis com vida útil definida estão representados por softwares amortizados pelo tempo remanescente estimado para uso. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente.

3.12 Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.13 Provisões

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

3.14 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não registrando ajustes desta natureza.

3.16 Imposto de renda e contribuição social

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a companhia e suas controladas sejam capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.17 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação e IAS 33 - Resultado por Ação. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o resultado por ação básico e diluído são iguais.

3.18 Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e suas distribuições durante determinado período é apresentada pela Companhia e suas controladas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.19 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras incluem dois segmentos, sendo mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

3.20 Novas normas e Interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros*: A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- *IFRS 15 - Receita de contrato com clientes*: exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas

- Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).
- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas e suas controladas a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/12/2015	31/12/2014
Barefame Instalações Industriais Ltda.	100,00%	100,00%
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	100,00%	100,00%
Energo Agro Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	100,00%

Os percentuais de participação referem-se ao controle direto e indireto.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. A data base das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações contábeis intermediárias.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	525	545	570	696
Aplicações financeiras - CDBs pós-fixados	2.331	29.458	2.331	32.841
	2.856	30.003	2.901	33.537

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco remoto de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e obrigações compromissadas foram remuneradas por taxas que variavam de 98% a 100,80% do certificado de depósito interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2015 (99,20% a 100,80% em 31 de dezembro de 2014), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:				
Clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	111.236	54.745	112.001	56.830
Produtos seriados	13.550	15.812	18.622	20.224
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	66.954	75.575	80.156	86.672
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.245)	(2.085)	(2.974)	(2.764)
	189.495	144.047	207.805	160.962
Partes relacionadas - contratos de serviços e construção (notas explicativas 7 e 12)	28.845	33.183	-	-
	218.340	177.230	207.805	160.962
Não circulante:				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7)	12.150	10.731	12.150	10.731
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.075)	(5.366)	(6.075)	(5.366)
	6.075	5.365	6.075	5.365
	224.415	182.595	213.880	166.327

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Circulante		
Saldo inicial 31/12/2014	(2.085)	(2.764)
Adição	(474)	(524)
Reversão	314	314
Saldo final 31/12/2015	(2.245)	(2.974)
Não Circulante		
Saldo inicial 31/12/2014	(5.366)	(5.366)
Adição	(709)	(709)
Saldo final 31/12/2015	(6.075)	(6.075)
	(8.320)	(9.049)

A composição dos valores em contas a receber referentes aos produtos seriados e serviços, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	8.144	11.294	11.278	14.454
Vencidos 1 a 30 dias	1.291	1.375	1.389	1.939
Vencidos 31 a 60 dias	454	437	533	443
Vencidos 61 a 90 dias	361	284	436	284
Vencidos 91 a 120 dias	322	156	325	156
Vencidos acima de 121 dias	2.978	2.266	4.661	2.948
	13.550	15.812	18.622	20.224

A parcela não circulante de contas a receber contém o valor líquido de R\$ 6.075 decorrente de reivindicações em contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

Os prazos ajustados para a conclusão dos projetos de fornecimento de bens de capital e equipamentos de infraestrutura são substancialmente longos e consequentemente propiciam oscilações durante a execução dos projetos, o que obriga a Companhia e suas controladas a cobrar, junto a determinados clientes, o ressarcimento de gastos para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A conta “Efeitos a faturar” clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 7) refere-se ao saldo a receber de contratos de serviços e construção em execução e ainda não faturados e equivale ao excedente da receita reconhecida pelo método da percentagem completada e o respectivo valor recebido.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e, em casos de processos judiciais de cobrança, com base em pareceres da respectiva assessoria jurídica.

A Companhia e suas controladas não possuem seguros de créditos para seus recebíveis.

7 Contratos de serviços e construção

Os contratos de construção correspondem a produtos sob encomenda. O reconhecimento da receita bruta destes contratos no resultado é feito com base na proporção do trabalho executado até a data do balanço, apurado por meio da proporção dos custos incorridos, em contraposição aos custos estimados totais do contrato (método da percentagem completada), conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de Construção.

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes de recebimento de contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:				
Saldo a receber de contratos faturados em execução ou executados (nota explicativa 6)	111.236	54.745	112.001	56.830
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	66.954	75.575	80.156	86.672
Sub total	178.190	130.320	192.157	143.502
Partes relacionadas (nota explicativa 6)	28.845	33.183	-	-
Total	207.035	163.503	192.157	143.502
Não circulante:				
Efeitos a faturar clientes no país contratos de serviços e construção (nota explicativa 6)	6.075	5.365	6.075	5.365
Adiantamentos recebidos por conta de contratos de serviços e construção em execução (nota explicativa 18)	(118.987)	(98.493)	(138.301)	(102.671)
Contratos de serviços e construção líquido a receber	94.123	70.375	59.931	46.196

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	15.652	15.535	15.797	15.638
Produtos em elaboração	26.097	25.725	35.570	30.842
Matérias primas	55.668	44.309	61.039	49.710
Material de consumo	1.257	628	3.405	3.391
	98.674	86.197	115.811	99.581

9 Tributos a recuperar e diferidos

a. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante:				
Imposto de renda e contribuição social	648	1.094	2.829	4.700
ICMS	9.919	15.116	10.602	15.698
IPI	2.949	3.763	3.044	4.244
COFINS	7.633	4.611	7.772	5.885
PIS	1.866	1.115	1.884	1.363
Outros	1.316	722	2.017	1.395
	23.683	25.327	25.319	28.585
	24.331	26.421	28.148	33.285
Não Circulante:				
ICMS s/aquisição imobilizado	189	200	190	201
IPI	765	734	765	734
PIS	2.912	2.830	2.923	2.841
	3.866	3.764	3.878	3.776
	28.197	30.185	32.026	37.061

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

De acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico (data base 31 de dezembro de 2015) aprovado pelos órgãos da Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais	17.883	18.517	24.760	25.447
Base negativa Contribuição Social	6.265	6.569	8.919	9.243
Diferenças temporárias	2.662	1.388	3.266	1.992
Total IR/CSLL diferido ativo	26.810	26.474	36.945	36.682
Saldo de IR/CSLL diferido ativo (*)	-	-	(6.209)	(6.110)
	26.810	26.474	30.736	30.572
Efeito de IR/CSLL dif. passivo adoção dos novos pronunciamentos	(55.060)	(56.154)	(67.662)	(69.957)
Saldos de IR/CSLL diferidos passivo	(28.250)	(29.680)	(36.926)	(39.385)

(*) Refere-se a IR/CSLL diferido líquido das controladas Barefame Instalações Industriais Ltda. e Duraferro Indústria e Comércio Ltda., que foram mantidos no ativo por não serem compensáveis com o imposto diferido passivo.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a elas correspondentes.

Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo:

	Controladora	Consolidado
2016	1.708	3.089
2017	2.375	4.007
2018	3.004	4.086
2019	2.918	3.926
2020	2.978	3.923
2021	2.938	3.824
2022	2.846	3.687
2023	2.751	3.560
2024	2.651	3.436
2025	2.641	3.407
	26.810	36.945

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, conseqüentemente estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

Conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Prejuízo) Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.	(10.387)	5.009	(9.706)	4.255
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	3.532	(1.703)	3.300	(1.447)
Diferenças permanentes e temporárias				
Resultado de equivalência patrimonial	(14.884)	(4.785)	(18.933)	(3.983)
Receita de incentivos fiscais	-	-	(689)	(1.225)
Despesas indedutíveis	740	308	801	2.176
Diferenças temporárias não constituídas	5.522	-	6.703	-
Reversão/ utilização de provisões	(581)	(6.162)	(2.336)	(5.801)
Reversão dividendos	(152)	-	(152)	-
Dividendos	-	-	-	(144)
Outros	1.665	(61)	2.102	399
	(7.690)	(10.700)	(12.504)	(8.578)
Efeito das diferenças permanentes pela alíquota nominal de 34%	2.614	3.638	4.251	2.917
Crédito fiscal diferido não constituído	(4.717)	(557)	(7.015)	(711)
Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias de ex. anteriores	-	1.005	-	2.001
reversão de crédito fiscal diferido ano 2012 Duraferro	-	-	-	(153)
Compensação de prejuízos fiscais 30%	-	-	212	530
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:	1.429	2.383	748	3.137
Corrente	-	-	(481)	(434)
Diferido	1.429	2.383	1.229	3.571

- **Crédito fiscal diferido não constituído:** refere-se a diferenças temporárias, prejuízos fiscais (base do crédito não constituído R\$ 51.525) e base negativa de CSLL (base do crédito não constituído R\$ 24.445) sobre os quais não foi constituído o crédito fiscal diferido em razão do limite aprovado pela Administração no estudo técnico já mencionado nesta nota explicativa.

10 Títulos e valores mobiliários

A conta títulos e valores mobiliários está composta por ações da Vale S.A. O valor de mercado das ações foi obtido por meio da entidade custodiante e referem-se à cotação dos títulos na Bolsa de Valores de São Paulo, no último dia do exercício.

Estes instrumentos financeiros foram classificados na categoria de “Investimentos mantidos para a venda”.

O detalhamento da quantidade de ações detidas e os valores justos em cada período/exercício está demonstrado conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Quantidade de ações PNA N1 - Vale5	426.240	426.240
Valor de mercado na data de fechamento	10,23	19,39
Custo de aquisição	222	222
Variação do valor justo	4.139	8.043
Saldo contábil (<i>fair value</i>)	4.361	8.265

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Adiantamentos a fornecedores nacionais - terceiros	15.001	31.183	18.459	16.255
Adiantamentos a fornecedores nacionais - partes relacionadas	52.497	11.575	-	-
Adiantamentos a fornecedores estrangeiros	16.482	14.811	16.482	14.811
Recuperações judiciais	8.247	138	8.247	116
Outros	3.107	2.305	4.594	2.771
	95.334	60.012	47.782	33.953
Não Circulante				
Depósitos judiciais	5.925	5.459	6.799	8.206
Outros	2.266	2.240	2.568	2.509
	8.191	7.699	9.367	10.715
	103.525	67.711	57.149	44.668

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos existentes ao final do exercício, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e controlada em conjunto.

As principais operações realizadas referem-se a:

- *Contratos de mútuo* - Referem-se a empréstimos para capital de giro e são contratados à taxa média diária do CDI, pelo prazo de necessidade das tomadoras;
- *Vendas de produtos e serviços* - As transações são feitas considerando condições específicas pactuadas entre as partes e quando envolvem terceiros como destinatários finais, são efetuadas de acordo com os parâmetros fixados nos contratos com os clientes finais;
- *Prestação de serviços administrativos e aluguéis* - A prestação de serviços administrativos entre as partes é cobrada mensalmente, de acordo com o rateio de custos efetivos. Os aluguéis de bens móveis e imóveis são cobrados mensalmente respeitando valores específicos acordados entre as partes;

- *Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor das controladas e controlada em conjunto* - A Companhia concedeu os seguintes avais em favor das Controladas do grupo, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Barefame Instalações Industriais Ltda.	-	2.037
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	261	5.378
IMMA Indústria Met. e Mecânica da Amazônia Ltda.	-	8.314
	<u>261</u>	<u>15.729</u>

a. Composição dos saldos patrimoniais e transações realizadas entre a Controladora e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	31/12/2015				31/12/2015	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Consolidado						
IMMA Ind.Met.Mec. Amazônia Ltda.	10.174	-	-	13.690	6.235	27.379
Outros	-	-	-	6.009	-	-
	31/12/2015				31/12/2015	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Controladora						
Barefame Instalações Industriais Ltda.	68.163	9.974	21.194	-	4.458	41.588
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	4	-	29	2.921	106	650
Energo Agro Industrial Ltda.	-	-	-	8.492	11	1.013
IMMA Ind.Met.Mec. Amazônia Ltda.	-	-	-	13.690	-	691
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.174	-	13.898	-	6.235	27.379
Outros	-	-	-	6.009	-	-
	<u>78.341</u>	<u>9.974</u>	<u>35.121</u>	<u>31.112</u>	<u>10.810</u>	<u>71.321</u>
Contas a receber (Nota explicativa 6)	28.845	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	49.496	-	-	-	-	-
	<u>78.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	31/12/2014				31/12/2014	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas e custos
Controladora						
Barefame Instalações Industriais Ltda.	49.394	23.564	122	-	11.986	6.986
Bardella Adm. de Bens e Empr. e Cor. de Seguros Ltda.	6	-	12	3.270	94	478
Energo Agro Industrial Ltda.	4	-	-	7.874	24	785
Duraferro Indústria e Comércio Ltda.	10.433	-	9.958	6.884	3.843	21.859
	<u>59.837</u>	<u>23.564</u>	<u>10.092</u>	<u>18.028</u>	<u>15.947</u>	<u>30.108</u>
Contas a receber (Nota explicativa 6)	33.183	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	26.654	-	-	-	-	-
	<u>59.837</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Os preços e demais condições comerciais praticadas nas transações entre partes relacionadas são acordadas em contratos firmados.

b. Remuneração dos administradores - benefícios de curto prazo (remuneração fixa e variável)

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia era composta por 4 conselheiros de administração e 3 diretores. O conselho fiscal era composto por 5 membros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os membros do Conselho de Administração foram remunerados pelo montante de R\$ 1.804 (em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 1.700), o Conselho Fiscal pelo montante de R\$ 520 (em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 470) e a Diretoria pelo montante de R\$ 2.775 (em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 2.616), por seus serviços.

A Companhia e suas controladas não patrocinam planos de pensão, benefícios pós-emprego e programas de remuneração baseada em ações.

13 Imobilizado

a. Composição dos saldos

Controladora					
		31/12/2015		31/12/2014	
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	2,70%	131.442	(27.597)	103.845	105.893
Máquinas e equipamentos	8,40%	146.089	(99.823)	46.266	52.461
Móveis e utensílios	10,00%	6.016	(5.238)	778	994
Veículos	20,00%	3.859	(2.778)	1.081	1.209
Equipamentos de informática	20,00%	4.559	(4.367)	192	231
Terrenos	0,00%	55.658	-	55.658	55.658
Instalações	10,00%	26.337	(25.383)	954	1.254
Obras em andamento	0,00%	6.920	-	6.920	5.303
		380.880	(165.186)	215.694	223.003
Consolidado					
		31/12/2015		31/12/2014	
	Taxa anual depreciação	Custo	Depreciação	Liquido	Liquido
Edificações	3,10%	165.461	(33.637)	131.824	134.689
Máquinas e equipamentos	9,00%	188.848	(127.218)	61.630	69.976
Móveis e utensílios	10,00%	7.676	(6.587)	1.089	1.349
Veículos	13,80%	30.906	(24.288)	6.618	8.791
Equipamentos de informática	20,00%	6.637	(6.389)	248	347
Terrenos	0,00%	56.894	-	56.894	56.894
Instalações	10,00%	30.080	(26.679)	3.401	3.718
Obras em andamento	0,00%	8.798	-	8.798	6.520
		495.300	(224.798)	270.502	282.284

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, do montante líquido demonstrado, R\$ 7.848, substancialmente, máquinas e equipamentos estão arrolados em garantia de ações judiciais e procedimentos administrativos.

b. Movimentação do custo

Controladora					
	31/12/2014	31/12/2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	131.678	-	(236)	-	131.442
Máquinas e equipamentos	145.679	353	(1.213)	1.270	146.089
Móveis e utensílios	6.099	16	(99)	-	6.016
Veículos	4.332	-	(485)	12	3.859
Equipamentos de informática	5.132	10	(583)	-	4.559
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.555	-	(218)	-	26.337
Obras em andamento	5.303	2.934	(35)	(1.282)	6.920
	380.436	3.313	(2.869)	-	380.880

Controladora					
	31/12/2013	31/12/2014			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	131.300	240	-	138	131.678
Máquinas e equipamentos	141.886	545	(922)	4.170	145.679
Móveis e utensílios	6.067	61	(29)	-	6.099
Veículos	3.593	768	(37)	8	4.332
Equipamentos de informática	5.065	80	(13)	-	5.132
Terrenos	55.658	-	-	-	55.658
Instalações	26.455	3	-	97	26.555
Obras em andamento	8.534	1.182	-	(4.413)	5.303
	378.558	2.879	(1.001)	-	380.436

Consolidado					
	31/12/2014	31/12/2015			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	165.652	4	(236)	41	165.461
Máquinas e equipamentos	188.226	697	(1.464)	1.389	188.848
Móveis e utensílios	7.749	65	(138)	-	7.676
Veículos	32.125	59	(1.290)	12	30.906
Equipamentos de informática	7.254	16	(633)	-	6.637
Terrenos	56.894	-	-	-	56.894
Instalações	30.234	64	(218)	-	30.080
Obras em andamento	6.520	3.755	(35)	(1.442)	8.798
	494.654	4.660	(4.014)	-	495.300

Consolidado					
	31/12/2013	31/12/2014			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Edificações	164.923	242	-	487	165.652
Máquinas e equipamentos	184.473	682	(1.099)	4.170	188.226
Móveis e utensílios	7.706	74	(31)	-	7.749
Veículos	32.123	1.193	(1.202)	11	32.125
Equipamentos de informática	7.163	110	(19)	-	7.254
Terrenos	56.894	-	-	-	56.894
Instalações	30.134	3	-	97	30.234
Obras em andamento	9.961	1.324	-	(4.765)	6.520
	493.377	3.628	(2.531)	-	494.654

c. Movimentação da depreciação

Controladora				
	31/12/2014	Depreciação		31/12/2015
	Depreciação	do exercício	Baixas	Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(25.785)	(2.048)	236	(27.597)
Máquinas e equipamentos	(93.218)	(7.816)	1.211	(99.823)
Móveis e utensílios	(5.105)	(183)	50	(5.238)
Veículos	(3.123)	(129)	474	(2.778)
Equipamentos de informática	(4.901)	(82)	616	(4.367)
Instalações	(25.301)	(300)	218	(25.383)
	(157.433)	(10.558)	2.805	(165.186)

Controladora				
	31/12/2013	Depreciação		31/12/2014
	Depreciação	do exercício	Baixas	Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(23.095)	(2.690)	-	(25.785)
Máquinas e equipamentos	(86.144)	(7.987)	908	(93.218)
Móveis e utensílios	(4.931)	(198)	24	(5.105)
Veículos	(2.866)	(285)	33	(3.123)
Equipamentos de informática	(4.810)	(103)	12	(4.901)
Instalações	(24.987)	(314)	-	(25.301)
	(146.833)	(11.577)	977	(157.433)

Consolidado				
	31/12/2014	Depreciação		31/12/2015
	Depreciação	do exercício	Baixas	Depreciação
	acumulada			acumulada
Edificações	(30.963)	(2.910)	236	(33.637)
Máquinas e equipamentos	(118.250)	(10.319)	1.351	(127.218)
Móveis e utensílios	(6.400)	(268)	81	(6.587)
Veículos	(23.334)	(2.216)	1.262	(24.288)
Equipamentos de informática	(6.907)	(148)	666	(6.389)
Instalações	(26.516)	(381)	218	(26.679)
	(212.370)	(16.242)	3.814	(224.798)

Consolidado			
	31/12/2013	Depreciação	
	acumulada	do exercício	Baixas
			31/12/2014
			Depreciação
			acumulada
Edificações	(27.410)	(3.553)	-
Máquinas e equipamentos	(108.257)	(10.929)	931
Móveis e utensílios	(6.134)	(290)	24
Veículos	(21.793)	(2.713)	1.177
Equipamentos de informática	(6.726)	(198)	17
Instalações	(26.102)	(414)	-
	(196.422)	(18.097)	2.149
			(212.370)

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas efetuaram o teste de *impairment* dos seus ativos e não identificaram indicadores que poderiam requerer a constituição de provisão para perda de valor recuperável. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado. Não foram verificados ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2015.

14 Investimentos

a. Propriedades para investimento

Valor justo das Propriedades para Investimento

A Companhia e suas controladas apresentam suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas contratam avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo.

Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo das propriedades para investimento	2.439	-	15.024	10.833
Receita de aluguel derivada de propriedades para investimento:	-	-	522	207

As propriedades para investimento correspondem a imóveis comerciais.

b. Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Participação em empresas controladas, controlada em conjunto e coligada	136.206	123.169	92.859	74.373
Outros Investimentos	141	141	145	145
	136.347	123.310	93.004	74.518

Movimentação dos saldos

	Barefame Inst.Inds. Ltda.	Bardella Adm. Bens e Empr. E Cor. Seguros Ltda.	Energo Agro Industrial Ltda.	Duraferro Ind. e Comércio Ltda.	IMMA - Ind. Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.	Planihold S.A.	Sub total	Provisão p/perdas investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(12.607)	29.661	5.044	8.253	66.777	3.614	100.742	12.607	113.349
Resultado de equivalência patrimonial	(563)	519	141	706	4.038	(56)	4.785	563	1.314
Provisão para perdas investimentos controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(3.780)	-	-	-	-	(3.780)	-	(3.780)
Aquisição de participação societária minoritário	-	-	-	20.656	-	-	20.656	-	20.656
Ágio aquisição investimento participação minoritários Duraferro	-	-	-	(12.404)	-	-	(12.404)	-	(12.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(13.170)	26.400	5.185	17.211	70.815	3.558	109.999	13.170	123.169
Resultado de equivalência patrimonial	(6.889)	1.963	376	502	18.874	59	14.884	-	14.884
Provisão para perdas investimentos controlados	-	-	-	-	-	-	-	6.889	6.889
Resultado de equiv. patrimonial sobre resultado abrangente	-	(2.577)	-	-	-	-	(2.577)	-	(2.577)
Lucros/Dividendos distribuídos	-	(474)	(198)	(5.040)	(447)	-	(6.159)	-	(6.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(20.059)	25.312	5.363	12.673	89.242	3.617	116.147	20.059	136.206

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Informações das Investidas

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	46.705	28.061	1.606	419	334	561
Ativo não circulante	40.383	45.692	29.483	32.427	8.492	7.874
Passivo circulante	94.944	59.294	279	216	308	201
Passivo não circulante	12.203	27.629	5.499	6.230	-	-
Patrimônio líquido	(20.059)	(13.170)	25.312	26.400	8.518	8.234
Receita operacional líquida	65.706	61.040	784	764	-	-
Resultado do exercício	(6.889)	(563)	1.963	519	597	221

	Barefame Inst. Inds. Ltda.		Bardella Adm. Bens e Empr. e Cor.Seg Ltda.		Energro Agro Industrial Ltda.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Quotas	22.672	22.672	2.850	2.850	5.400	5.400
Patrimônio líquido	(20.059)	(13.170)	25.312	26.400	8.518	8.234
Participação no capital social, no final do exercício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	62,96%	62,96%
Participação no patrimônio líquido	(20.059)	(13.170)	25.312	26.400	5.363	5.185
Resultado de equivalência patrimonial	(6.889)	(563)	1.963	519	376	141

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante	125.939	100.559	27.906	25.502	524	510
Ativo não circulante	89.458	97.231	20.283	28.680	16.892	16.650
Passivo circulante	30.791	43.364	28.653	28.442	18	18
Passivo não circulante	6.124	12.798	3.694	4.225	-	-
Patrimônio líquido	178.482	141.628	15.842	21.515	17.424	17.142
Receita operacional líquida	148.650	106.232	38.087	50.975	-	-
Resultado do exercício	37.748	8.075	627	884	472	(7)

	IMMA - Ind. Met. e Mec. da Amazônia Ltda.		Duraferro Ind. e Comércio Ltda.		Planihold S/A.	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	10.000	10.000	1.500	1.500	23.440	23.440
Quant. de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	5.000	5.000	1.200	1.200	4.866	4.866
Ordinárias	-	-	-	-	4.866	4.866
Quotas	5.000	5.000	1.200	1.200	-	-
Patrimônio líquido	178.482	141.628	15.842	21.515	17.424	17.142
Participação no capital social, no final do exercício	50,00%	50,00%	80,00%	80,00%	20,76%	20,76%
Participação no patrimônio líquido	89.242	70.815	12.673	17.212	3.617	3.558
Resultado de equivalência patrimonial	18.874	4.038	502	706	59	(56)

15 Intangível

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia e suas controladas possuíam registrados os seguintes ativos intangíveis:

		Controladora							
		Custo				Amortização			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Vida útil definida									
Software	5 anos	32.048	3.193	(42)	35.199	(17.524)	(318)	42	(17.800)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	3.337	-	-	3.337	-	-	-	-
		35.385	3.193	(42)	38.536	(17.524)	(318)	42	(17.800)
Líquido						17.861			20.736
		Consolidado							
		Custo				Amortização			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Vida útil definida									
Software	5 anos	33.756	3.241	(43)	36.954	(19.128)	(388)	43	(19.473)
Ágio aquis. investim Duraferro	indefinida	5.005	-	-	5.005	-	-	-	-
		38.761	3.241	(43)	41.959	(19.128)	(388)	43	(19.473)
Líquido						19.633			22.486

O ágio na aquisição de investimentos corresponde à aquisição em 23 de abril de 2009, de 60% de participação (controle) na empresa Duraferro Indústria e Comércio Ltda. pelo valor total de R\$15.000, sendo 40% adquirida pela Bardella S.A. Indústria Mecânicas pelo valor de R\$10.000 e 20% adquirido pela controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. pelo valor de R\$5.000.

A partir de 01 de janeiro de 2009 os saldos residuais de ágios não sofrem amortizações e são objetos de teste anual de recuperação do valor contábil, conforme o CPC 1 (R1).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não identificaram necessidade de constituição de provisão para perdas com base nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos da administração.

16 Fornecedores e cessão de créditos por fornecedor

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 Reapresentado
Fornecedores nacionais - Terceiros	49.068	63.561	56.947	71.020
Fornecedores nacionais - Partes relacionadas	35.121	10.092	-	-
Fornecedores estrangeiros	1.397	1.721	1.397	1.721
	85.586	75.374	58.344	72.741

As operações que a Companhia e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matéria prima e componentes para os equipamentos de fabricação.

b. Cessão de crédito por fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015, alguns fornecedores tem a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. Naquela data o montante relacionado a essa transação é de R\$ 13.817 na controladora e no consolidado.

As taxas de desconto nas operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras no mercado local ficaram entre 1,33% a 1,82%.

As operações que a Companhia mantém com fornecedores nacionais e do exterior são principalmente referentes às compras de matéria prima e componentes para os equipamentos de fabricação.

17 Empréstimos e financiamentos

				Controladora		Consolidado	
Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2015	Vencimentos dos Contratos	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	-	1.700	-	1.700
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	261	1.045
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	-	1.483
BNDES - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	-	310	-	310
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	-	554
BNDES - Finame	Fixa	6,00%	15/07/24	577	655	577	655
Brasil	CDI	do CDI 125%	10/03/20	20.651	-	20.651	-
Outros	CDI	do CDI 123%	14/09/15	-	675	-	675
Sub-Total				21.228	3.340	21.489	6.422
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	2,48%	05/01/15 a 23/02/15	-	6.518	-	6.518
Financiamento Importação	USD	3,02%	08/01/15 e 05/06/15	-	4.985	-	4.985
Financiamento Importação	USD	1,90%	01/08/2015 a 27/02/2016	1.062	-	1.062	-
Financiamento a Exportação	Fixa	11,00%	15/07/2016 a 31/12/2018	34.134	-	34.135	-
Capital de Giro	CDI	do CDI 120%	26/07/15 a 13/05/17	-	19.035	-	19.035
Capital de Giro	CDI	do CDI 125%	20/04/2016 a 28/12/2016	4.970	-	4.970	-
Capital de Giro	Fixa	am 1,60%	17/06/16	6.032	-	6.032	-
Capital de Giro	CDI	do CDI 144%	05/02/2016 a 26/12/2016	20.900	-	21.143	-
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/07/14 a 15/01/15	-	11.682	-	11.682
Finame Fabricante	Fixa	6,00%	15/08/14 a 15/04/16	67.226	111.936	67.226	111.936
Finame Fabricante	Fixa	9,50%	15/09/2015 a 15/11/2016	15.200	-	15.200	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	-	4.333
Total Capital de Giro:				149.524	154.156	149.768	158.489
Total Geral:				170.752	157.496	171.257	164.911
Parcela Circulante				119.463	60.109	119.968	67.263
Parcela não circulante				51.289	97.387	51.289	97.648
Juros Pagos				16.425	8.633	17.459	9.684

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2015, resultou para a controladora e consolidado em R\$ 1.378. Em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 911 para a controladora e R\$ 1.016 para o consolidado.

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantias.

A Companhia e suas controladas mantêm em seus empréstimos e financiamentos, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015.

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no exercício estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos - Não circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	90.197	-	90.458
2017	22.969	-	22.969	-
2018	21.491	6.736	21.491	6.736
2019	5.230	-	5.230	-
2020 a 2024	1.599	454	1.599	454
	51.289	97.387	51.289	97.648

18 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo de adiantamento de clientes	118.987	98.493	138.301	102.671

A conta “Adiantamento de clientes” está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota explicativa 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida por meio do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

19 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em avaliação de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2014	Controladora		
		31/12/2015		
	Saldo inicial	Adição de provisões	Reversão/ Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	560	80	(187)	453
Tributárias:				
Federal	116	-	-	116
Municipal	56	-	-	56
Subtotal tributárias	172	-	-	172
	732	80	(187)	625
	31/12/2014	Consolidado		
		31/12/2015		
	Saldo inicial	Adição de provisões	Reversão/ Utilização de provisões	Saldo final
Trabalhistas/cíveis	1.996	873	(187)	2.682
Tributárias:				
Federal	3.225	58	(2.660)	623
Municipal	56	-	-	56
Subtotal tributárias	3.281	58	(2.660)	679
	5.277	931	(2.847)	3.361

Prováveis

Demandas trabalhistas e cíveis

Não foram identificados processos individualmente relevantes. Dos processos existentes são pleiteadas as seguintes verbas: horas extras, férias, adicional de periculosidade, insalubridade, dentre outras. Atualmente existem processos trabalhistas e cíveis em curso contra a Companhia e suas controladas, para os quais foram provisionados R\$ 453 na controladora (em 31 de dezembro de 2014 era R\$ 560) e R\$ 2.682 no consolidado (em 31 de dezembro de 2014 o valor era de R\$ 1.996), relativos aos processos classificados por nossa assessoria jurídica como perda provável.

Demandas tributárias

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais relativos a demandas tributárias em andamento nos quais são partes, sendo que, para as contingências classificadas pelos nossos assessores jurídicos como provável exigência de recursos, foi provisionado na controladora o valor total de R\$ 172 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 172) e no consolidado R\$ 679 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 3.281).

Possíveis

Para os processos trabalhistas no montante de R\$ 21.446 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 24.000), cíveis no montante de R\$ 5.123 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.242) e tributários no montante de R\$ 10.258 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 13.994) avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 36.827 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 39.236), nenhuma provisão foi constituída.

Das contingências classificadas como possíveis, os processos considerados relevantes referem-se a demandas tributárias onde se discute:

- Incidência de INSS sobre a participação da diretoria nos lucros da Companhia enquanto diretores com contrato de trabalho suspenso: R\$ 2.804;
- Incidência de contribuição social sobre o lucro líquido correspondente a exportações efetuadas no ano de 1989: R\$ 3.356;
- Contribuições previdenciárias e de terceiros em relação a valores pagos a segurados na condição de diretores de sociedade anônima entre novembro de 1991 a junho de 1996: R\$ 4.308.

20 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o capital social, subscrito e integralizado de R\$ 116.800, está representado por 607.192 ações ordinárias e 992.808 ações preferenciais, perfazendo um total de 1.600.000 ações sem valor nominal.

b. Reservas de capital

Reservas de incentivos fiscais

É destinada à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos.

c. Reservas de lucros

O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reservas de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital.

Reservas de lucros a realizar

Essa reserva é constituída como uma destinação do lucro do exercício ou parte dele, ainda não realizado financeiramente pela Companhia para fins de distribuição de dividendos.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

São classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

e. Lucro/Prejuízo por ação

Básico - O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia. Não houve novas emissões de ações nem mesmo compra de ações próprias durante o período findo em 31 de dezembro de 2015.

31/12/2015	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuível	(3.398)	(5.560)	(8.958)
Média de ações	607	993	1.600
Prejuízo por ação	(5,60)	(5,60)	(5,60)

Diluído - O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações potenciais ou quaisquer outros instrumentos financeiros conversíveis que provocariam diluição, dessa forma, o prejuízo por ação diluído não possui diferença em relação ao prejuízo básico por ação.

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de construção de equipamentos	397.238	378.900	376.413	413.141
Receita bruta vendas de produtos	63.997	70.171	63.997	70.171
Receita bruta serviços prestados	-	-	70.094	58.966
Impostos s/ vendas	(43.708)	(44.862)	(64.072)	(63.342)
Receita Líquida	417.527	404.209	446.432	478.936

22 Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
		Reapresentado		Reapresentado
Materiais e demais desp. comerciais e adm.	(259.664)	(234.296)	(212.886)	(236.369)
Energia, serviços de terceiros	(39.938)	(35.131)	(57.109)	(46.996)
Gastos com pessoal	(118.037)	(114.009)	(174.268)	(164.531)
Depreciação/amortização	(10.876)	(12.005)	(16.630)	(18.647)
	(428.515)	(395.441)	(460.893)	(466.543)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo dos produtos vendidos e/ou serviços prestados	(377.266)	(344.234)	(395.178)	(398.185)
Despesas com vendas	(26.829)	(26.798)	(28.560)	(28.925)
Despesas gerais e administrativas	(19.321)	(19.622)	(32.034)	(34.624)
Honorários e participação da administração	(5.099)	(4.787)	(5.121)	(4.809)
	(428.515)	(395.441)	(460.893)	(466.543)

23 Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras despesas operacionais				
Provisões operacionais	(1.264)	(869)	(2.188)	(2.401)
Prejuízo na venda de bens do imobilizado e investimentos	(64)	(25)	(170)	(49)
Custo ociosidade de fabricação	(1.010)	(2.987)	(2.261)	(2.987)
Liquidação de processos judiciais	-	(2.438)	-	(2.438)
Despesas tributárias	(70)	(1.204)	(701)	(2.577)
Perdas contratos de construção	(5.664)	-	(5.664)	-
Outras despesas operacionais	(3.623)	(651)	(3.990)	(2.723)
	(11.695)	(8.174)	(14.974)	(13.175)
Outras receitas operacionais				
Reversões/utilização de provisões operacionais	581	4.750	1.811	6.012
Lucro na venda de bens do imobilizado e investimentos	182	311	616	787
Subvenções Governamentais*	-	-	689	1.225
Dividendos recebidos	-	-	159	145
Indenizações perdas e danos	18.422	-	18.422	-
Recuperação crédito ação judicial	1.251	-	1.251	-
Multa por atraso de fornecimento	451	-	451	-
Aluguéis/locações	110	1.123	632	1.319
Outras receitas operacionais	3.475	2.059	4.802	2.834
	24.472	8.243	28.833	12.322
	12.777	69	13.859	(853)

As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, entretanto, devido a restrições legais quanto à sua distribuição aos sócios ou acionistas, foram transferidas à conta de Reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Os custos com ociosidade referem-se à situação anormal e temporária de ocupação dos meios produtivos.

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas financeiras				
Juros	(23.205)	(12.773)	(23.121)	(12.982)
Variações cambiais passivas	(4.086)	-	(4.198)	-
Fianças bancárias	(835)	(817)	(835)	(816)
IOF	(2.571)	(1.983)	(2.767)	(2.196)
Descontos concedidos	(495)	(1.418)	(509)	(1.437)
Outros	(1.023)	(993)	(1.187)	(1.115)
	(32.215)	(17.984)	(32.617)	(18.546)
Receitas financeiras				
Juros	4.313	5.196	3.052	1.723
Variações cambiais ativas	-	63	-	86
Juros sobre capital próprio	-	2	256	663
Ganho aplicações financeiras	157	1.642	536	1.709
Outros	685	2.468	736	3.097
	5.155	9.371	4.580	7.278
Líquido	(27.060)	(8.613)	(28.037)	(11.268)

25 Informação por segmento

Para fins de administração, as entidades do consolidado da Companhia e suas controladas são divididas em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com dois segmentos operacionais:

- O segmento de mecânica correspondente à fabricação de equipamentos sob encomenda e;
- O segmento de aços e serviços representado pela laminação de metais e serviços diversos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita bruta e no lucro ou prejuízo líquido.

	31/12/2015	Mecânica	Aços e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	393.105	128.999	(75.672)		446.432
Prejuízo do período	(9.532)	(3.128)	3.702		(8.958)
Ativos operacionais	769.796	252.612	(184.520)		837.888
Passivos operacionais	502.731	164.974	(154.908)		512.797
31/12/2014					
Receita líquida	387.349	129.639	(38.052)		478.936
Lucro do período	6.366	2.131	(1.105)		7.392
Ativos operacionais	716.275	239.724	(166.162)		789.837
Passivos operacionais	432.608	144.786	(124.690)		452.704

26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

O valor total dos riscos diversos conforme apólice vigente em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 128.136 e (em 31 de dezembro de 2014 o valor representado era de R\$ 149.252).

27 Instrumentos financeiros

a. Visão geral

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas contábeis dos valores de realização mais adequados, consequentemente tais estimativas estão sujeitas às premissas das “*estimativas contábeis*”, conforme consta na nota explicativa 2c.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

b. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam dos valores de realização e mercado, respectivamente. O investimento na Vale S.A., foi classificado na categoria “Investimentos disponíveis para a venda”. Esse investimento encontra-se avaliado pelo seu valor justo, com base nas cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços e suas variações são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando necessário, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a agentes financeiros de primeira linha. Os derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado e referem-se a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas usam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. São avaliados por essa hierarquia as ações da Vale S.A.;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os saldos de empréstimos e financiamento.

Bardella S.A. Indústrias Mecânicas
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Controladora - 31/12/2015

Classificação contábil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos Financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	224.415	-	-	-	224.415
Partes relacionadas	12a	9.974	-	-	-	9.974
Outros créditos	11	8.247	-	-	-	8.247
Caixa e bancos	5	525	-	-	-	525
Aplicações financeiras	5	-	-	2.331	-	2.331
		243.161		2.331	-	245.492
Passivos Financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos				-	143	143
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	170.752	170.752
Partes relacionadas	12a	-	-	-	31.112	31.112
Fornecedores	16a	-	-	-	85.586	85.586
Cessão de créditos por fornecedores	16b	-	-	-	13.817	13.817
		-	-	-	301.410	301.410

Controladora - 31/12/2014

Classificação contábil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	182.595	-	-	-	182.595
Partes relacionadas	12a	23.564	-	-	-	23.564
Caixa e bancos	5	545	-	-	-	545
Aplicações financeiras	5	-	-	29.458	-	29.458
		206.704	-	29.458	-	236.162
Passivos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos		-	-	-	6.058	6.058
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	157.496	157.496
Partes relacionadas	12a	-	-	-	18.028	18.028
Fornecedores	16a	-	-	-	75.374	75.374
		-	-	-	256.956	256.956

Consolidado - 31/12/2015

Classificação contábil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para Venda	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros						
Mensurados a valor justo						
Títulos Patrimoniais	10	-	4.361	-	-	4.361
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	213.880	-	-	-	213.880
Outros créditos	11	8.247	-	-	-	8.247
Caixa e bancos	5	570	-	-	-	570
Aplicações financeiras	5	-	-	2.331	-	2.331
Ativos financeiros						
		222.697	4.361	2.331	-	229.389
Passivos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos		-	-	-	1.403	1.403
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	171.257	171.257
Partes relacionadas	12a	-	-	-	19.699	19.699
Fornecedores	16a	-	-	-	58.344	58.344
Cessão de créditos por fornecedor	16b	-	-	-	13.817	13.817
		-	-	-	264.520	264.520

Consolidado - 31/12/2014

Classificação contábil	Nota	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros						
Mensurados a valor justo						
Títulos Patrimoniais	10	-	8.265	-	-	8.265
Não mensurados a valor justo						
Contas a receber de clientes	6	166.327	-	-	-	166.327
Caixa e bancos	5	696	-	-	-	696
Aplicações financeiras	5	-	-	32.841	-	32.841
		167.023	8.265	32.841	-	208.129
Passivos financeiros						
Não mensurados a valor justo						
Dividendos		-	-	-	6.058	6.058
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	164.911	164.911
Fornecedores	16a	-	-	-	72.741	72.741
		-	-	-	243.710	243.710

A Companhia e suas controladas não divulgaram os valores justos, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos ao valor justo, exceto para títulos patrimoniais, conforme divulgado na nota explicativa 10.

c. Riscos

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto as respectivas situações atuais dos fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitas aos riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em função do agravamento da crise econômica, principalmente no segundo trimestre de 2015, houve um aumento na inadimplência por parte dos clientes de produtos seriados e serviços (Nota 6). Para garantir o recebimento dos créditos, a Companhia e suas controladas estão tomando as medidas aplicáveis em função da situação econômica financeira de cada cliente inadimplente.

Em 31 de dezembro de 2015, o risco de crédito totaliza R\$ 108.284 na controladora e R\$ 78.480 no consolidado (R\$ 114.105 e R\$ 97.193 em 2014, respectivamente) correspondendo a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber líquido dos adiantamentos de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos altamente negociáveis em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (outros que não 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de fluxos de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

Além disso, a Companhia e suas controladas dispõem das seguintes linhas de crédito:

- Contas de saques a descoberto não garantidos no valor total de R\$ 26.500. Encargos financeiros indexados em 139% do CDI.

31/12/2015

	Controladora					
	Valor contábil	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fluxos de Caixa Contratuais						
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	577	12	58	69	208	237
Empréstimos bancários não garantidos	170.176	82.055	48.657	42.680	12.398	-
Fornecedores, cessão de créditos por fornecedores e outras contas a pagar	114.938	12.626	47.917	15.652	3.622	35.121
Total da dívida	285.691	94.693	96.632	58.401	16.228	35.358
	Consolidado					
	Valor contábil	0 a 2 meses	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos Financeiros não Derivativos						
Empréstimos bancários garantidos	1.081	516	58	49	148	317
Empréstimos bancários não garantidos	170.176	82.055	48.657	42.680	12.398	-
Fornecedores, cessão de créditos por fornecedores e outras contas a pagar	88.572	15.312	53.976	15.652	3.632	-
Total da dívida	259.829	97.883	102.691	58.381	16.178	317

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2015	+ 100	(525)	(525)
	+ 150	(789)	(789)
	-25	525	525
	- 50	789	789
31/12/2014	+ 100	(224)	(224)
	+ 150	(336)	(336)
	-25	56	56
	- 50	112	112

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados conforme segue (Controladora):

Controladora			
	31/12/2015	31/12/2014	Moeda
Natureza do Saldo			
Adiantamentos para importações	8.630	8.200	EUR
Adiantamentos para importações	7.852	6.611	USD
Financiamento Finimp	-	6.518	EUR
Financiamento Finimp	1.062	4.985	USD
Importações de materiais	564	724	EUR
Importações de materiais	833	997	USD
Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	Moeda
Natureza do Saldo			
Adiantamentos para importações	8.630	8.200	EUR
Adiantamentos para importações	7.852	6.611	USD
Financiamento Finimp	-	6.518	EUR
Financiamento Finimp	1.062	4.985	USD
Importações de materiais	564	724	EUR
Importações de materiais	833	997	USD

Derivativos em aberto

A posição consolidada de derivativos foi liquidada em janeiro de 2014.

- d. *Análise de sensibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras*
A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de câmbio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2015	+25%	(614)	(614)
	+50%	(1.229)	(1.229)
	-25%	614	614
	-50%	1.229	1.229
31/12/2014	+25%	397	397
	+50%	794	794
	-25%	(397)	(397)
	-50%	(794)	(794)

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2015.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado	31/12/2015	31/12/2014 reapresentado
Empréstimos e financiamentos	170.752	157.496	171.257	164.911
Fornecedores	85.586	75.374	58.344	72.741
Cessão de créditos por fornecedores	13.817	-	13.817	-
Provisão IR e CSLL	-	-	337	104
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	143	6.058	1.403	6.058
Adiantamento de clientes	118.987	98.493	138.301	102.671
Provisão de férias e encargos	14.441	13.050	18.060	15.971
Provisão para contingências	625	732	3.361	5.277
Provisão IR e CSLL diferidos	28.250	29.680	36.926	39.385
Outros	89.524	70.273	70.991	45.586
Dívida líquida	522.125	451.156	512.797	452.704
Patrimônio líquido	325.091	337.133	325.091	337.133
Patrimônio líquido e dívida líquida	847.216	788.289	837.888	789.837
Coefficiente de alavancagem	1,61	1,34	1,58	1,34

Risco de concentração de negócios

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

Conselho de administração

Claudio Bardella
Presidente

Alfredo Camargo Penteado Neto
Vice-Presidente

José Sebastião Baptista Puoli
Conselheiro

Mauro Fernando Maria Arruda
Conselheiro

Diretoria

José Roberto Mendes da Silva
Diretor Presidente

Eduardo Fantin
Diretor

Rubens Geraldo Gunther
Diretor

Conselho fiscal

Antonio Luiz Sampaio Carvalho
Conselheiro

Carlos Jorge Loureiro
Conselheiro

Henrique Alves de Araújo
Conselheiro

Patricia Valente Stierli
Conselheira

José Eduardo Escorel de Carvalho
Conselheiro

Contador

Luiz Honório Martins
CRC - 1SP128092/O-2